



## **Proposta: “Análise Espacial de indicadores socioeconômicos e biofísicos na Área de Proteção Ambiental Mananciais do Rio Paraíba do Sul”**

**Sacha Maruã Ortiz Siani**

A criação e manutenção de Unidades de Conservação da Natureza (UCs) constituem um dos mais eficazes instrumentos de planejamento territorial ambiental. Ao contrário do que alguns setores da sociedade imaginam, as UCs não constituem espaços protegidos “intocáveis”, apartados de qualquer atividade humana.

A área de estudo deste trabalho é uma Área de Proteção Ambiental (APA), categoria de manejo pertencente ao grupo de UCs de uso sustentável. As APAs são espaços de planejamento e gestão ambiental que possuem ecossistemas de importância regional, englobando um ou mais atributos ambientais, abarcando áreas urbanas e rurais e suas atividades socioeconômicas inerentes. (BRASIL, 2000).

As áreas protegidas podem fornecer uma extensa série de bens e serviços para as populações que vivem nela e no seu entorno, e para a sociedade como um todo (SCHERL et al., 2004). Elas fornecem direta e/ou indiretamente bens e serviços que satisfazem várias necessidades da sociedade brasileira, inclusive produtivas (MEDEIROS et al., 2011).

Neste contexto, são levantadas as seguintes questões: Existem evidências de autocorrelação espacial dos indicadores socioeconômicos, ou biofísicos? As populações inseridas na APA-MRPS apresentam condições socioeconômicas e ambientais distinta das demais? Existe alguma correlação espacial entre o indicador socioeconômico e o(s) indicador(es) biofísico(s)? Para tentar responder estas questões, este trabalho propõe identificar os padrões espaciais da população inserida na bacia do Rio Paraíba do Sul utilizando o índice de Moran, índice local de autocorrelação espacial (LISA), e modelos de regressão espacial. Para a realização deste estudo serão utilizados dados do censo 2010 agregados em setores (IBGE, 2010), e posteriormente desagregados em células a partir de dados do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) conforme proposto em D’Antona et al. (2013). Serão ainda utilizados dados de sensoriamento remoto do sensor *Operational Land Imager* (OLI) da plataforma orbital Landsat-8 para obtenção de indicadores biofísicos.

### **Referências**

- BRASIL. SNUC Sistema Nacional de Unidades de conservação: texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da presidência da República ao PL aprovado pelo congresso Nacional. 2ª. ed. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000. p. 76
- D’ANTONA, Á. DE O.; BUENO, M. DO C. D.; DAGINO, R. DE S. Estimativa da população em unidades de conservação na Amazônia Legal brasileira – uma aplicação de grades regulares a partir da Contagem 2007. *Revista Brasileira de Estatísticas Populacionais*, v. 30, n. 2, p. 401–428, 2013.
- IBGE. *Censo Demográfico 2010: conjunto de dados do universo*. Rio de Janeiro: [s.n.].
- MEDEIROS, R. et al. *Contribuição das unidades de conservação para a economia nacional*. Brasília: UNEP-WCMC, 2011. p. 44
- SCHERL, L. M. et al. *Can Protected Areas Contribute to Poverty Reduction? Opportunities and Limitations*. Gland, Switzerland and Cambridge, UK: IUCN, 2004. p. vii + 60